

Este é o primeiro evento público que nós, do cinema, realizamos depois da morte do meu e nosso grande amigo Gustavo Dahl. Não posso deixar de falar aqui que sinto muito sua ausência nesta sala. Espero que eu consiga pegar um pouco da sua inspiração que anda aqui entre nós, e que ele me ilumine para que eu possa ajudar a seguir com um projeto que ele foi um de seus principais artífices. Gustavo era um idealista, um ideólogo, um batalhador, bravo guerreiro. Não vou pedir um minuto de silêncio, porque isto não se parece com o que eu vi de Gustavo. Peço sim uma salva de palmas.

Prezada Ministra Ana de Hollanda,
Prezado Presidente da FIRJAN – Eduardo Eugenio Gouvea Vieira
Prezada Secretária do Audiovisual Ana Paula Santana,
Prezados Manoel, Glauber e Mario, colegas de diretoria,
Prezados Produtores, Distribuidores, Exibidores e outros Agentes do mercado cinematográfico e audiovisual,
Prezados Servidores da ANCINE,
Demais autoridades,
Amigos e Colegas

Em primeiro lugar, quero dizer que me sinto realmente honrada por ter sido escolhida para ser Diretora da ANCINE pela nossa Ministra da Cultura Ana de Hollanda, com a aprovação da nossa Presidente Dilma Rousseff e por ter sido, em sabatina, aprovada pelos Senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pelo Plenário do Senado.

O que mais me alegra nesse processo de escolha é saber que existe a real possibilidade de que a dedicação à coisa pública seja reconhecida. Que o fato de ser técnica acabou sendo determinante para assumir esse cargo. Na verdade, minha opção política foi sempre a de agir tecnicamente e em prol do cinema e do audiovisual brasileiros, de forma apropriada e no interesse do país.

Talvez seja por isso que tive a honra de conquistar a confiança dos diversos setores que apoiaram meu nome para compor o quadro diretivo da ANCINE e de ter sido tão bem recepcionada pelos servidores da Ancine, autarquia especial, órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica no Brasil.

Quando colaborei na formulação e criação da ANCINE, pensávamos num órgão que pudesse contribuir com o desenvolvimento do cinema e do audiovisual brasileiros. Já se vão dez anos e creio que avançamos. Temos muito mais filmes sendo lançados, temos muito mais recursos disponíveis, muito mais mecanismos de incentivos em funcionamento. Conseguimos chegar às televisões por assinatura por meio do art. 39 da MP, que nos permitiu abrir um diálogo com este segmento da atividade. Nesse período de dez anos, foi possível criar um novo mecanismo, que tentávamos criar desde 1996 (art. 3º A da Lei do audiovisual) e que possibilita uma maior inserção do audiovisual brasileiro independente nas TVs abertas. Foi possível estabelecer um diálogo melhor com os distribuidores (majors e nacionais) e exibidores.

A ANCINE tem um quadro próprio de servidores, uma sede montada, um Escritório Central no Rio de Janeiro e um escritório regional em São Paulo.

Mas sabemos que ainda estamos longe de um final feliz – aliás, na política de cinema, não há esse ingrediente hollywoodiano. Há sim, e sempre, novas etapas a serem enfrentadas, conforme as necessidades de tempos que mudam tão rapidamente.

O fomento

Devemos levar em consideração que as produtoras, para existirem de fato como agentes econômicos, precisam ter escala de produção. Não acredito que a única forma seja a de continuarmos com financiamentos filme a filme. Temos, sim, que possibilitar o fortalecimento das empresas com financiamentos concedidos em função de seu plano de negócios, visando a sustentabilidade. Estou certa de que desta forma diminuiria o risco a partir do conjunto de sua produção e estimularia que produtores fossem produtores e realizadores, realizadores. Não é possível que as produtoras levem 4 a 5 anos para produzir um único filme. Não é possível que haja um eterno recomeço, por mais mérito que se tenha como produtor ou como realizador.

Devemos tentar juntos construir mecanismos diferenciados para produtos diferenciados. E aí está o papel fundamental do Fundo Setorial. Ele pode ser um mecanismo determinante para essa mudança. Não acho que caiba ao Estado, no estágio de desenvolvimento desta indústria no Brasil, se remunerar a partir de seus investimentos na produção e distribuição do produto, e nem na construção de espaços adequados para a sua veiculação. Acredito ser possível criarmos linhas de financiamentos distintas para produtos distintos. Cada agente buscará a linha mais apropriada para o seu negócio.

Além disto, tenho segurança de que as regras de concessão de recursos devem levar em consideração o mérito, tanto de mercado, quanto de qualidade artística e de pesquisa de linguagem (existem o Prêmio Adicional de Renda e alguns indicadores que podem ajudar a melhorar sua concessão e o Prêmio de Qualidade, mas ainda não existem bons indicadores para que possamos incrementá-lo a partir deles).

A co-produção internacional também deve ser estimulada com mecanismos concretos. É sabido que essa é a melhor forma de aumentar o consumo e os recursos disponíveis de ambos os lados.

A regulação

Ao longo da minha carreira no serviço público, por muitas vezes ouvi idéias como: “Precisamos fazer este regulamento para proteger o produtor independente; Precisamos criar mecanismos que impeçam os demais elos da cadeia produtiva de explorar o produtor.”

Como se os produtores fossem hiposuficientes.

Eles são empresários. Sabem se defender. É obvio que como Agência reguladora a ANCINE precisa criar normas que possam ajudar a diminuir os desequilíbrios do mercado. Mas, para isso, é necessário conhecer o negócio e as relações entre os agentes de mercado, de forma a diminuir estas desarmonias.

Temos que aprimorar nossos mecanismos de debate e discussão sobre o processo regulatório com o mercado, atuando junto a todos os agentes, e não só aos produtores.

Não podemos prever, em uma norma, todas as exceções - tarefa impossível e quixotesca.

O que a ANCINE deve garantir, amparada pela Medida Provisória que a criou, é a participação da cinematografia e do audiovisual brasileiros no mercado interno, nos meios de exibição e sua difusão no mercado externo. A regulação deve ser nesse sentido, mas ela deve ponderar sua interferência na medida em que essa regulação deixe de estimular a possibilidade de auto sustentabilidade, a partir da articulação dos agentes do setor e a integração com os programas de governo.

A fiscalização

A prestação de contas de projetos das empresas beneficiadas por mecanismos de fomento deve ser feita levando em consideração que todos são profissionais guiados pela ética, até que se prove em contrário. Não podemos pressupor que as empresas busquem tirar proveito irregular dos mecanismos que lhes são colocados à disposição. Tenho ouvido muitas questões relativas a esse tópico e acho que devemos abrir nossos ouvidos às reivindicações do setor, analisando-as e verificando o verdadeiro motivo de fazermos exigências que num primeiro olhar parecem descabidas.

A fiscalização do mercado deve obedecer ao princípio da razoabilidade, os objetivos primários devem ser o esclarecimento e a educação, não a punição e a ANCINE tem acertado a medida e a força da sua atuação.

A burocracia

A burocracia se auto alimenta. Vivi muito próxima à burocracia e posso falar a partir da minha própria experiência. O burocrata tende a aumentar a burocracia para justificar sua própria existência. Temos que estar atentos o tempo todo, nos questionando se aquilo que estamos exigindo é realmente necessário. Não podemos permitir que a burocracia, tenha impacto na criatividade impedindo, a agilidade necessária e inerente à atividade artística.

Nosso papel, dentro da Agência, é conhecer o mercado e suas assimetrias. É combater as assimetrias por meio do diálogo com o mercado e, com isso, encontrarmos pontos de equilíbrio, encontrarmos convergências. Não podemos, em nome do controle, justificar a burocracia se sobrepondo a eficácia e a eficiência.

As informações

A gestão da informação é estruturante e de certa forma faz parte da razão de ser de uma Agência Reguladora. A transparência e a simetria do acesso às informações entre o mercado e a agência reguladora representam um desafio a ser vencido.

É competência da Agência Nacional do Cinema fornecer ao Governo Federal como um todo, e em especial ao Ministério da Cultura e ao Conselho Superior de Cinema, os elementos que permitam a definição de políticas públicas para o setor.

Ainda nos deparamos, dentro da ANCINE, com a precariedade de informações, lidamos ainda com um percentual de informações imprecisas e é dentro das limitações e possibilidades de um órgão regulador que precisamos estabelecer uma parceria com os agentes do setor cinematográfico e audiovisual para partilhar e multiplicar essas informações.

Sei, no entanto, que a necessidade de termos informações do mercado não pode justificar a interferência excessiva do Estado na coisa privada. Criar sistemas de informação para regular o mercado e ao mesmo tempo encontrar o ponto de equilíbrio para a redução da intervenção estatal, é desafio que também se impõe.

O Mercado

O mercado pressupõe a existência de um sistema de trocas entre os agentes que o compõe. O produtor deve cuidar da qualidade do produto, o distribuidor deve conferir ao produto visibilidade no processo de comercialização e o exibidor deve possibilitar uma ampla circulação do produto de forma a atingir o público a que ele se destina.

Com esta clara atribuição de cada parte é necessário que, levando-se ainda em conta a atribuição da Agência e seus servidores, se fortaleça um diálogo amplo. É necessário estabelecer um pacto, uma cumplicidade mútua dos agentes do mercado e dos agentes públicos, para a construção de um mercado onde o produto brasileiro possa competir em igualdade de condições com as demais cinematografias, nas salas, nas televisões, e nas mídias digitais.

É fundamental que a produção de conteúdo brasileiro independente possa circular nos diversos meios de difusão. Há que se ter, ainda, espaço para inserção de outros conteúdos que não necessariamente possam ser absorvidos pelo mercado, mas que têm um valor distinto, mas não menos importante, daqueles que são realizados visando o lucro. São produtos realizados para nichos distintos e que devem ter a possibilidade de se viabilizar chegando ao seu nicho específico.

A Agência e seus servidores

A criação da ANCINE foi uma decorrência da reivindicação organizada dos produtores e cineastas, daqueles que trabalham na indústria audiovisual, e que, por meio de suas ações, demonstraram ao governo a necessidade da sua criação. Esta Agência, representada por nós diretores e seus servidores, deve ter sempre o discernimento de que o nosso serviço é público e que nossa política deve visar o desenvolvimento do setor, sem perder de vista que essas ações, tanto do mercado quanto de nós servidores, objetivam o público.

Desta forma, ouvir todas as partes, inclusive o público, com pesquisas de mercado, estudos prospectivos que tracem cenários para a atividade de produção cinematográfica e audiovisual, distribuição e exibição nos diversos meios. Devemos fazer um diagnóstico da Agência, bem como os prognósticos para o seu futuro.

Estou certa de que o diálogo entre o corpo diretivo, os servidores e a atividade, são fundamentais. Sinais de crise, de descontentamentos, de queixas, muitas vezes chegam à cúpula da instituição quando já estão de tal modo instaladas, que acabam sendo de difícil

solução. Ouvir quem está com a “mão na massa” é fundamental para que possamos corrigir rumos. A estabilidade do servidor é necessária e benéfica, mas tem que ser responsável. É muito fácil ser burocraticamente correto. Me incomoda bastante quando vejo o quão mal vistos somos nós, servidores públicos, para uma parcela da população. É por isso que devemos exigir de nós mesmos e de nossos colegas, eficiência, e dos nossos superiores, diálogo.

As metas

Devemos buscar, sempre, o crescimento da produção audiovisual brasileira, e em particular da produção brasileira independente, promovendo o aumento da sua visibilidade e proporcionando a melhoria da sua qualidade, e das condições de distribuição dos filmes nacionais. Enfim, precisamos buscar uma melhoria geral na relação entre o Estado e a iniciativa privada, buscando, cada vez mais, a inserção e a inclusão de novos segmentos sociais.

Quero trabalhar em conjunto com os três diretores em prol do audiovisual nacional e buscar espaços de cooperação com a Secretaria do Audiovisual e com outros órgãos do governo.

Caros Colegas, aceitei este desafio porque considero que a Agência, é uma conquista. Uma conquista do setor, do Estado e da sociedade. O que cabe agora é dialogar, refletir e atuar, redirecionando nossa política, nossos processos. Assim, vamos criando melhores condições para o mercado se desenvolver e para nós mesmos, servidores públicos, trabalharmos.

Há 30 anos atuo nesta luta. Ela continua. E continuo achando que venceremos, com a colaboração mais ampla possível de vocês.

Muito Obrigada,

Vera Zaverucha
11 de julho de 2011